

TESE

FONTES TESTEMUNHOS: REPRESENTAÇÃO DE FATOS E ACONTECIMENTOS

Geraldo Moreira Prado

CNPq/IBICT-UFRJ/ECO

e-mail: gprado@dep.ibict.br

Resumo

Estudo sobre fontes testemunhos como representação de fatos e/ou acontecimentos, a partir de análise interativa entre obras literárias, documentos oficiais, diferentes narrativas de cronistas, viajantes e missionários e representações visuais. Mostra que no nível estrito do sentido do discurso, quando ressaltada a historicidade do mesmo, tanto a fonte documentativa quanto qualquer obra literária podem ser classificadas como uma fonte testemunho. Em estudos cartográficos as representações cosmológicas têm como objetivo visualizar como as suas constituições eram imaginadas e, assim, enfoca-se o processo de transmutação civilizatória portuguesa entre os séculos XIV ao XVI e a do Brasil do início do século XVI até o início do século XIX. A sucessão de idéias põe à disposição da percepção, fenômenos mais apurados sobre a interação silenciosa da palavra com a linguagem à compreensão da historicidade do discurso de um determinado texto. Nos dias atuais, existe uma **convivência com a palavra** como a principal estimulante para se perceber o enunciado regedor das fontes testemunhos mediante a interpretação da historicidade do discurso.

Palavras-Chave

Fontes Testemunhos; Documentação; Informação; Cronistas e Viajantes; Literatura e História.

“(...) Mas eu ainda espero angariar as sympathias da opinião, e o primeiro remédio é fugir a um prólogo explícito e longo. O melhor prólogo é o que tem menos cousas, ou o que as diz de um jeito obscuro e truncado. Consequentemente, evito contar o processo extraordinário que empreguei na composição destas **Memórias**, trabalhadas cá no outro mundo. Seria curioso, mas minimamente extenso, e aliás desnecessário ao entendimento da obra. A obra em si mesma é tudo: se te agradar, fino leitor, pago-me da tarefa; se te não agradar, pago-te com um piparote, e adeus.” (MACHADO DE ASSIS. 1937. Ao leitor.)

A citação acima é de Memórias Póstumas de Brás Cubas. Ainda que se trate de uma prosa literária, a

1 FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário da língua portuguesa (versão eletrônica). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. Verbete: piparote. Do espanhol papirote, que sofreu dissimilação. Pancada que se dá com a cabeça do dedo médio ou do índice apoiada sobre o polegar e soltando-se com força; tálitro.

suposta origem do seu personagem central vem do seu homônimo Brás Cubas, que existiu de fato, e, de certa forma, foi incorporado e **dissolvido** em personagem literária graças ao gênio criativo do autor do romance. Para tecer o enredo do episódio, o autor construiu um discurso indireto aparente cuja estrutura é constituída por conjuntos de orações, de modo geral independentes, e nas quais as palavras do principal personagem narrador, o Brás Cubas, vêm na terceira pessoa. E por já estar do outro lado da vida, esse narrador pode agora descrever a sua árvore genealógica sem o risco de ofender aos demais.

Com um discurso irônico o personagem narrador atribui a seu pai um espírito inventivo, às vezes até mesmo falsário. E assim o era, para evitar que o apelido **Cubas** não fosse depreciativo, pois normalmente era dado a pessoa que executava serviço de tanoeiro,² que, diga-se de passagem, não era lá essas coisas e nem tampouco gozava de grande reputação social. Mas no caso da origem do seu nome, embora tivesse um pouco dessa mácula, isto já estava mais ou menos descartado, visto que no âmbito da sua família o seu **falsário** pai era

“(…) bisneto de um certo Damião Cubas, que floresceu na primeira metade do século XVIII. Era tanoeiro de ofício, natural do Rio de Janeiro onde teria morrido de penúria e na obscuridade se somente exercesse a tanoaria. Mas não; fez-se lavrador, plantou, colheu, permutou o seu produto por boas e honradas patacas, até que morreu, deixando grosso cabedal a um filho, o licenciado Luiz Cubas. (...) Damião Cubas era afinal de contas um tanoeiro, e talvez mau tanoeiro, ao passo que o Luiz Cubas estudou em Coimbra, primou no Estado, e foi um dos amigos particulares do vice-rei conde da Cunha.” (MACHADO DE ASSIS.1937. p. 17)

No sentido desse discurso irônico, o narrador-defunto demonstra que o seu pai, procurando conter o estigma de origem e

“(…) recorrendo à inventiva senão depois de experimentar a falsificação; primeiramente, entroncou-se na família daquele meu famoso homônimo capitão-mor, Braz Cubas, que fun-

dou a villa de São Vicente, onde morreu em 1592, e por esse motivo é que me deu o nome de Braz”. (MACHADO DE ASSIS.1937.p.18).

O que foi mostrado aqui é o exemplo de um testemunho imaginário sobre um Brás Cubas real, homônimo e diluído no personagem-defunto machadiano. A relação existente de um determinado personagem como o acima citado, normalmente se materializa mais no plano da linguagem do que na representação histórica. Um exemplo claro disso é o Brás Cubas citado pelo referido homônimo personagem machadiano que a historiografia brasileira registra como o indivíduo que veio para o Brasil na expedição de Martim Afonso de Souza, em 1532, e morreu em 1592 ou 1597, a primeira data também incluída na narrativa do romance acima referido. Registra ainda essa mesma historiografia que em 1536 Brás Cubas recebeu as terras da ilha de Engaúçá — citada abaixo por Staden (1557) —, e fundou, nesse mesmo ano, a vila de Santos, SP. Foi, por duas vezes, governador da capitania de São Vicente: 1545-1549 e 1555-1560, cuja administração se destacou pelas construções de fortalezas, massacres dos índios tamoios e por fundar supostamente a primeira Misericórdia do Brasil, a atual Santa Casa da Misericórdia de Santos, SP.

Embora Machado tenha usado de um recurso histórico para criar o seu personagem literário, o seu objetivo não era construir um testemunho específico dessa época ou desse episódio. Nem mesmo se fosse possível imaginar que o autor estivesse querendo comparar, no plano psicológico, algumas características comportamentais do seu personagem — e este alerta que “(…) não presta fazer comparação” (MACHADO DE ASSIS.1937. p. 21) —, com as do seu homônimo real. Mas esta hipótese não teria sentido nem mesmo se fosse para levar essa questão às últimas consequências, pois, na essência da narrativa do romance machadiano, quem sobressai num primeiro plano é a representação psicológica dos personagens fictícios, e num segundo, o sentido da História num nível literário fantasioso sobre a época em que o episódio do personagem real de fato aconteceu.

2 O apelido tanoeiro usado em Portugal e que se incorporou à língua culta no Brasil, era dado às pessoas que fabricavam ou consertavam cubas de madeira na qual se guardavam o vinho e também eram utilizadas para carregar e guardar água para o uso doméstico. Com o tempo passou a ser usado popularmente para designar trabalhos comuns. Além destas designações, no Brasil, mostram o dicionário de Aurélio Buarque e o de Caldas Aulete, o apelido cuba é popularmente atribuído, em particular no Nordeste, a indivíduo entendido em práticas de feitiçaria, ou, como ainda é comum entre as pessoas de mais idade no interior de Pernambuco a certos indivíduos poderosos, astutos, sabidos, experientes, etc.

E assim, esse Brás Cubas machadiano se entrelaça psicologicamente com outros personagens, é dado especialmente ao gozo e ao prazer **mundano**. A sua trajetória psíquico-literária percorre o tempo-espaço específico do Brás Cubas real, ao tempo-espaço vivido por Machado no Rio de Janeiro: final do século XIX e início do XX. E ao percorrer sobre as memórias do seu Brás Cubas, Machado indicou apenas, em estilo literário, um dos primeiros adonadores **voluntários** das Terras Brasilis. No entanto, a função da obra literária em si — em particular essa **Memórias Póstumas** — apesar de imiscuir-se num imaginário cenário histórico, não é um romance histórico em seu *stricto sensu* —, portanto, o seu discurso não tem o mesmo efeito testemunho como tem, entre outros, o da obra de Hans Staden.

O cronista acima citado — que também foi contemporâneo do personagem homônimo do narrador machadiano —, testemunhou a existência do português Brás Cubas em uma breve nota de rodapé da página 72, do seu livro “Duas Viagens ao Brasil” (1974). E assim, Hans Staden se refere ao nome do Brás Cubas — que tanto a historiografia, quanto o narrador machadiano confirmam ter sido o fundador da Vila de São Vicente — através do novo nome da ilha Engaугаçú. Nessa ilha que lhe serviu de refúgio e que não mais pertencia aos habitantes nativos, pois já havia sido adonada pelo primeiro Brás Cubas — e por isso passou a ser conhecida por este nome — comprova mais uma vez aos leitores menos afeiçoados com a historiografia brasileira a existência real do mesmo. Isto dito, justifica a importância da obra de Staden — que é sem dúvida a primeira da historiografia brasileira que se refere ao nome do personagem citado pelo narrador machadiano — como um rico testemunho da nossa historiografia, ao assim dizer:

“(…) Temos aqui outra ótima vista do conjunto da região. No lagamar do Engaугаçú, está uma ilha com a denominação de Brás Cubas. No litoral, em frente a essa ilha, um engenho de açúcar. Segue-se o canal de Bertioga, até o forte. Na ilha de Santo Amaro, vê-se pequena vila desse nome e na ponta da Armação, em frente à Bertioga, está uma casa com a legenda: “O balaustre onde eu, Hans Staden estava”. (STADEN. 1974. p. 72)

Além deste aspecto, à medida que Staden ia

se colocando frente a frente com o turbilhão das ondas do mar, com a imensidão da floresta, com as habitações e utensílios domésticos fabricados e usados pelos nativos; a reação dos tamoiós visualizada pela figura do assalto indígena contra os portugueses; a dificuldade de compreender a língua dos nativos afirmando que “(...) queria falar-nos, mas nenhum de nós podia entender bem a sua língua”... (STADEN. 1974. p. 56); e a apresentação de um mapa descrevendo a faixa litorânea da América Portuguesa: de Santa Catarina até Olinda, Pernambuco.

A sua narrativa também é rica em notícias sobre a estrutura **arquitetônica e urbanística**, hábitos e costumes, modo de dormir e certos saberes agrários da população nativa brasileira. Relata sobre alguns animais e, de modo geral, atribui a violência, não aos europeus, mas sim à própria cultura antropofágica do índio brasileiro:

“(…) em frente da minha choça ficava a do chefe Tatámiri.³ Este guardava um dos cristãos assados e, segundo a praxe dos índios, fazia preparar a bebida. Juntava-se muita gente, bebiam, cantavam e aprontavam uma grande festança. No dia seguinte, depois da bebedeira, aqueciam de novo a carne assada e comiam-na. A carne do outro, porém, do Jerônimo, foi pendurada na cabana em que eu estava, numa cesta sobre o fumeiro, durante três semanas talvez, até que ficou seca como um pau. Que ela assim ficasse pendurada, esquecida sobre o fogo, durante tanto tempo, tinha a sua razão...” (STADEN. 1974. p. 134).

Vê-se, portanto, que a obra de Staden testemunhou além de outros aspectos conjunturais do período, a existência do Brás Cubas real, e também a das práticas do canibalismo no cotidiano do índio brasileiro em parte representados pelas imagens e citações expostas no seu livro. O mérito de levar o imaginário sobre estes e outros aspectos da vida cotidiana brasileira nos séculos XVI e XVII à Europa não é exclusivamente de Staden, mas sim, de quase todos os demais que escreveram sobre o Brasil daquela época. André Thevet, que também foi um pioneiro neste gênero testemunhou também que

“(…) Depois que o prisioneiro está devidamente cevado e engordado, matam-no, considerando uma grande honra o ato da execução. E para a solenidade convidam todos os seus amigos, que

3 Segundo a nota de rodapé da página 132, do livro de Staden, significa “Foguinho”.

moram mais distante, para que venham assistir às festas e participar do banquete. " (STADEN.1974.p.134).

"Nesse dia, o prisioneiro é deitado na rede e preso com correntes de ferro cujo uso, aliás, foi introduzido entre os índios pelos cristãos. Durante todo o dia e toda a noite, o condenado entoava canções como esta: "Meus amigos marajás são pessoas honradas e são hábeis e fortes guerreiros. Estas prenderam e devoraram grande número de inimigos. Agora serei devorado por ele, no dia marcado. Eu, porém, já matei e devorei muitos parentes e amigos dos homens que me aprisionaram". E outras canções como esta. Isto mostra claramente que a morte quase não lhes causa preocupação de espécie alguma." (THEVET. 1978.p. 131-132).

Assim, a publicação das obras desses cronistas no Velho Mundo dando testemunhos detalhados de como era o Novo Mundo passa a impregnar o imaginário medieval europeu sobre aquela gente que praticava o canibalismo. Agora sim, tem-se idéia de como ele efetivamente se dava. Logo, essas obras escritas e ilustradas e, possivelmente algumas das narrativas orais daqueles que passavam pelo Novo Mundo vão influenciar alguns escritores e cronistas, tanto em Portugal como também na França, assunto este que de certa maneira está presente em toda a historiografia da época. Exemplo disso é o de Montaigne, que em 1580, dedica um capítulo especial do seu *Ensaio* exaltando as qualidades morais dos canibais.

Atualmente é comum encontrar historiadores, antropólogos e sociólogos que defendem a importância de uma obra literária como testemunho importante e que pode ser similar a qualquer um outro tipo de representação textual de cunho documentativo, notadamente em estudos da história social e das mentalidades. Ainda que se considere a riqueza e importância da obra literária como testemunho de uma época ou de um acontecimento, torna-se importante alertar para os aspectos acima ressaltados. Isto porque a obra literária, mesmo se tratando da poesia Geórgica — estilo literário pertencente ou relativo a

Virgílio, poeta latino (70-19 a.C.), ou próprio dele — acerca da agricultura pode conter uma historicidade no seu discurso, mas a obra em si não tem o caráter documentativo acima referido. No entanto, no nível estrito do sentido do discurso, isto é, quando ressaltada a historicidade do mesmo, tanto a fonte documentativa quanto qualquer obra literária podem ser classificadas como uma fonte testemunho. Exemplo disso são as palavras de Jorge Amado em "A Descoberta da América pelos Turcos", ao assim dizer:

"(...) deve-se levar em conta que, por interessados, os tratadistas peninsulares são suspeitos, para eles existem apenas, a louvar e a engrandecer, os feitos e as figuras de espanhóis e portugueses, Cristóvão Colombo, Américo Vespucci, Vasco da Gama, Fernão de Magalhães e outros porretas: castelhanos e lusos do melhor calibre, da mais alta linhagem cristã, do mais puro sangue, os destemidos, os indomáveis heróis. Para começo de conversa vale recordar que, armados de papéis de nascimento e testemunhas, publicistas italianos reivindicam para a outra península, a carcamana,⁴ a glória de ter sido o berço de Colombo e de Vespucci: daquele que descobriu e daquele que se aproveitou e com o seu nome rotulou terras do ignoto. Outros papéis, outras testemunhas, os espanhóis rebatem, vá-se lá saber quem tem razão, carimbos nos papéis se falsificam, compram-se testemunhas com vil metal. Se os espanhóis merecem pouco crédito, menos ainda merecem os italianos, como se comprova facilmente com a *vigarice* de Vespucci. E dos vikings, que dizer? Muito atrapalhada a descoberta. (AMADO. 1994.p. 3-4).

No trecho acima, o autor atribui valor literário aos personagens históricos, reais, além de criar outros que são imaginários e próprios da escrita literária. Tais aspectos não devem ser tomados por qualquer que seja a formulação teórica adotada em uma dada pesquisa, pois isso poderá provocar distorções graves na construção do objeto estudado. Por isso, classificar-se-á como fontes testemunhos, o conjunto das representações que reúnem em si, seguindo um padrão específico de hierarquia, caracteres naturais de uma categoria específica, tais como Leis⁵, Cartas régias,⁶ Provisões, Alvarás,⁷ Inventários, Escri-

4 Cf. HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. Op. cit. Verbete: carcamano. Maranhão: alcunha que se dá aos árabes em geral: vendedor ambulante de fazendas e objetos de amarrinho.

5 As leis que muitas vezes se instituíam cartas de lei, cartas patentes, continham providências que deviam ter efeito por mais um ano. Começavam pelo nome o rei, com todos os seus títulos, eram assignadas "Rei", com guarda ou cétras [escudo revestido de couro, pelo monarca e referendadas pelo Secretário de Estado ou, quando expedidas em resolução de consulta, pelo presidente ou por dois ministros do tribunal consulente. A assinatura do Secretário ou do presidente se lançava por cima e a do ministro por baixo da subscrição, que era um sumário ou extrato posto no fim de todos os diplomas sujeitos à assignatura real, sob pena de nulidade. Eram publicadas na Chancelaria Mór da Corte e Reino. Cf. Legislação portuguesa relativa ao Brasil. (IHGB, Lata 490, Pasta 56, texto incompleto /s.d./).

turas, etc. Ainda de acordo com o procedimento acima, consideram-se também os textos da historiografia clássica e/ou atual, as crônicas memoriais, representações gráficas e textos similares que revelem assuntos relacionados com temas pesquisados e/ou em estudos.

Diferenças sensíveis entre fontes literária e documental

Quanto ao que foi referido acima sobre a escrita da ficção literária — romance, poesia, teatro, etc. — toma-se aqui como exemplo a argumentação de Chaloub e Pereira, ao atinadamente definirem que

“(...) o bê-á-bá do ofício de historiador social é o mesmo, na análise da fonte literária, parlamentar, jornalística, jurídica, iconográfica, médica, ou seja lá o que mais. (...) E firmado esse princípio geral (posto rudemente: a investigação da fonte literária não é, por natureza, nem mais nem menos complexa do que a interrogação de qualquer outro testemunho histórico; novamente, a literatura não “transcende”), é preciso ponderar as características específicas da fonte literária. E aqui as primeiras perguntas do historiador são: “De que literatura se está falando? Quais as suas características específicas? Como determinado autor — ou “escola” — concebe a sua arte”. Esse parece ser um ponto de partida obrigatório para esclarecer a estrutura de uma obra literária como testemunho histórico; uma “determinação objetiva” de tipos de evidência. Ao invés de pensar, de forma essencialista ou idealista, nas relações entre “literatura e história”, o que nos interessa é inserir autores e obras literárias específicas em processos históricos determinados.” (CHALOUB ; PEREIRA. 1998.p. 7 – 13).

Nos últimos anos esta tendência vem se disseminando no meio acadêmico brasileiro, e o exemplo mais recente de livro que utilizou também documentos similares aos acima citados, é “Terra Prometida: Uma História da questão agrária no

Brasil”, de Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva. Assim, em consonância com a concepção teórica da análise do discurso, as fontes testemunhos, cujo significado, tanto no *sensu comum*, quanto nas suas formulações semânticas, segundo autores clássicos e dicionários consultados, apresentam diferenças sensíveis. Num primeiro plano, o significado de testemunho deriva-se da linguagem jurídica, *grasso modo* conceituado como

“(...) declaração que se faz em juízo; depoimento de testemunhas. [Prova, signal, indício, vestígio: Como TESTEMUNHO das velhas regalias populares nas crises grandes de Portugal (Camilo C. Branco). Testemunho de consciência. O sentimento e o conhecimento que cada um tem em si da verdade ou da falsidade de uma cousa, ou da bondade ou maldade de um acto. Testemunhas dos sentidos. O que conhecemos pelos sentidos: e podereis ainda permanecer-vos contra o preceito do Senhor, que vos manda não julgar segundo o TESTEMUNHO em vossos OLHOS, e ainda menos depois das relações dos outros? (Mont’Alverne).” (ENCYCLOPEDIA e Dicionário Internacional “Jackson”. /s.d/ ver-bete testemunho).

A opção pelo conceito de fontes testemunhos deve-se, de fato, não ao seu senso comum, mas sim, aos fundamentos que valorizam

“(..) a experiência e o raciocínio, uma das principais causas do conhecimento. É a condição da instrução do homem pelo homem. É a base da justiça organizada. Funda a história. Torna certa, em todas as sciencias, a transmissão de todas as descobertas. Não deve ser confundida com a auctoridade; mas baseia-se na palavra do seu semelhante. Há uma crítica legítima do testemunho: Em primeiro lugar deve ter-se em conta a verosimilhança ou inverosimilhança do fact attestado, sem fazer da sciencia própria um juízo *á priori* do que é referido e que não verificamos pessoalmente se era ou não real. A testemunha deve ser examinada em si mesma. Viu o que conta? Estava em estado de o comprehender? Não teria alguma razão para se enganar, favorecendo ou desfavorecendo, ou de nos enganar deliberadamente? Os documentos escriptos de-

6 As Cartas Régias começavam pelo nome da pessoa ou da autoridade a quem eram dirigidas, depois do que se dizia “Eu el-Rei vos envio muito saudar.” Eram assignadas “Rei” e costumavam remeter-se fechadas, em aviso do Secretário de Estado. Continham algumas vezes disposições legislativas, como os rescriptos dos imperadores romanos. (IHGB, Lata 490, Pasta 56, texto incompleto /s.d./).

7 Os alvarás que também se denominavam provisões régias, provisões em forma de lei, principiavam pelas palavras “Eu el-Rei,” eram assignadas “Rei” (=, sinal da cruz) e, como as leis, referendados e publicados. Continham disposições cujo efeito não devia durar mais de um anno, salvo cláusula em contrário e, nesse caso, eram leis perpétuas, com o nome de alvará de lei, com força de lei, ou em forma de lei. (Cf. Legislação Colonial. IHGB, Lata 490, Pasta 56, texto incompleto /s.d./).

vem ser examinados em si mesmos: em primeiro lugar si são *authenticos*; depois propor sobre os auctores todas as perguntas que devem resolver-se a propósito das testemunhas. (ENCYCLOPEDIA e Dictionário Internacional "Jackson". /s.d./ Verbete testemunho).

Da mesma forma, para ratificar o referido conceito, o clássico "Vocabulário Técnico e Crítica da Filosofia" de André Lalande, assim o define:

"(...) A. Ato de uma pessoa (testemunha) que atesta um fato de que ela teve diretamente conhecimento, ou que descreve em objeto que ela própria percebeu. No sentido figurado: "o testemunho dos sentidos, da consciência." (A palavra, neste sentido, tem sempre uma conotação favorável.) B. Texto ou conteúdo dessa declaração. Chama-se **crítica do testemunho**: 1º, ao exame sistemático de um testemunho histórico ou jurídico, tendo em vista a apreciação do seu valor; 2º, à ciência que tem como objetivo determinar as regras gerais e as operações essenciais desse exame. C. Prova ou marca de um fato: "Que respondeis... a testemunhos tão evidentes, não só de declarações mas também de ações particulares, mas de toda a sequência de uma vida..." Pascal, XVI Provincial (ed. Brunschvig, VI, 261-262.) (...) Os termos citados no início deste artigo representam as idéias que não correspondem exatamente a divisão que nós adotamos: **testimony** é o termo de formação erudita que corresponde ao latim **testimonium**; tem um sentido muito geral. Ver, por exemplo, HAMILTON, Logic, II, 177. Testimonial é um atestado escrito, um certificado. **Evidence** é primeiro aquilo que manifesta alguma coisa ou a torna evidente, portanto, uma prova válida (por exemplo, MILL, Logic, III, xxi, 1); em seguida, aquilo que **seria da natureza** a provar alguma coisa, aquilo que **tende** a prová-la, sem mais; portanto, um simples testemunho, suficiente ou insuficiente, verdadeiro ou falso; por exemplo: BENTHAM, **Rationale of Judicial Evidence** (princípios racionais da prova jurídica); é o sentido mais freqüente. Finalmente, a palavra designa algumas vezes a própria testemunha. **Witness** é primeiramente um termo abstrato, saber, conhecimento, transposto para aquele que "é testemunho" de uma coisa, que assiste a ela, que, por conseguinte, tem dela um conhecimento direto. Finalmente, **record** quer dizer propriamente recordação (antigo francês, **recorder**, se **recorder**); de onde relato (**geralmente relato escrito**), memória, memorando." (LALANDE. 1996.p. 1135-1136).

O Vocabulário Portuguez Latino de Raphael

Bluteau, e os dicionários de Eduardo Faria e de Antônio de Moraes Silva dão a mesma definição do Lello Universal. De acordo com o professor Antônio Cândido de Mello e Souza — embora não esteja conceituando explicitamente fontes testemunhos — em sua obra clássica: "Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos", ao descrever os elementos de compreensão de uma determinada obra está, na realidade, contribuindo para um melhor esclarecimento do significado de fontes testemunhos. Em uma passagem da referida obra ele escreve:

"(...) uma obra é uma realidade autônoma, cujo valor está na fórmula que obteve para plasmar elementos não-literários; impressões, paixões, idéias, fatos, acontecimentos, que são a matéria-prima do ato criador. A sua importância quase nunca é devida a circunstância de exprimir um aspecto da realidade, social ou individual, mas à maneira por que o faz. No limite, o elemento decisivo é o que permite compreendê-la e apreciá-la, mesmo que não soubéssemos onde, quando por quem foi escrita. Esta autonomia depende, antes de tudo, da eloquência do sentimento expressivo, cuja síntese constitui as suas fisionomias, deixando longos pontos de partida não-literários." (MELLO E SOUZA. 1981.p. 34)

Historicamente, o conceito de fonte testemunho começa a se difundir a partir do momento em que se redefine o tradicional conceito positivista de documento. Este era valorizado não pela importância da sua historicidade, mas sim pela **verdade** absoluta, acrílica e a histórica dos enunciados regedores dos seus discursos. Mostra Burguière que as primeiras críticas documentais surgem no século XVII (1681), com a publicação de *De re diplomatica*, por Masbillon. Essa crítica é retomada no final do século XIX, e, sobretudo, a partir dos anos de 1930, pelo historiador francês Marc Bloch que rigorosamente dá a seguinte definição:

"(...) o historiador não põe à direita as boas testemunhas, à esquerda as más. A seus olhos, não há bons testemunhos a que se entregue de uma vez por todas, abdicando do seu controle. Por ser exacto em certos pontos, um depoimento não é necessariamente puro de erros. Não há maus testemunhos. Um relato muito imperfeito pode encerrar informações úteis. Suponhamos que temos a descrição de uma batalha por um dos oficiais que nela tomaram parte. Podeis ter a certeza de que, mesmo nos casos menos favoráveis, não serão falsos do princípio ao fim. Há

factos que ninguém pode ignorar nem dissimular. O menos sincero dos austríacos não negará que em Austerlitz a França saiu vitoriosa. Por outro lado, por mais amigo da verdade que seja o nosso autor, por mais fiel que seja a sua memória, terá os seus pontos fracos. Não terá visto tudo pessoalmente..." (BLOCH.1998. p.25).

Muitos são os exemplos dessa natureza, mas, citando apenas alguns outros autores, tem-se as obras do outro historiador francês, Lucien Febvre, contemporâneo de Bloch. Nas obras de Febvre, também se pode observar que o que ele considera fontes testemunhos significa a realização de um determinado estudo no qual exista uma interação entre as diversas disciplinas, porém deixa sempre claro que não se trata de generalização nem também de interdisciplinaridade.

Por fim, em 1986, Burguière vai dizer que

"(...) com o questionamento da noção de fato histórico a análise dos testemunhos evoluiu radicalmente. Em primeiro lugar, o único apoio do testemunho deixou de ser o documento escrito, tendo testemunhos materiais (arqueologia, etnologia) e testemunhos orais passado a fazer parte integrante, em nossos dias, dos elementos de investigação do historiador. Por outro lado, a antiga metáfora que fazia do historiador um juiz de primeira instância que determinava o grau de veracidade transformou-se a partir do momento em que a história das mentalidades passou a chamar a atenção para a riqueza dos testemunhos errôneos ou, pior do que isso, dos testemunhos falsos. A noção sofreu assim uma transformação decisiva; já não se trata de apurar se os crimes das feiticeiras foram supostos ou reais, se devemos encarar com precaução o testemunho dos juizes. A crença na realidade dos fenômenos tornou-se em assunto de estudo e sua falsificação inconsciente (ver o exemplo dos Benandanti analisado por Carlo Ginzburg) é tão rica em ensinamentos quanto o testemunho mais verídico. O historiador desvencilhou-se do testemunho "positivista" para fazer de cada aspecto, de cada elemento da realidade um testemunho potencial." (BUGUIÈRE.1993. p. 743).

Segundo as definições acima, é possível perceber que os diferentes assuntos tratados neste artigo devem ser sempre uma espécie de complemento, de enriquecimento e aprofundamento do tema central de um dado estudo, pois é este que vai trazer à luz a complexidade do objeto estudado.

Fontes testemunhos visuais

Ressalta-se que no conjunto das fontes testemunhos incluem-se também as referentes à iconografia e demais representações visuais. Por exemplo, em estudos cartográficos as fontes referentes às representações cosmológicas têm como objetivo visualizar como as suas constituições eram imaginadas e, de certa forma, materializavam-se através de mapas cartográficos de um determinado período. Quando se estuda a cosmologia medieval esses aspectos tornam-se importantes de serem ilustrados, porque a concepção que se tinha — segundo os princípios bíblicos expressos nos saberes cultos daquela época — era de que tudo que existia na Terra, incluindo aí os seres humanos com todos os seus saberes, conjecturava-se ser uma complexidade organizada em unidades. Mas a existência dessa complexidade e todos os movimentos das suas unidades dependiam da **misteriosa força** do Universo, pois este fora criado e continuava sendo guiado por um Deus onipotente e onipresente. Destarte, a segunda metade do século XIV até aproximadamente o início do século XVIII, foi um período pontilhado por inúmeras agitações políticas, econômicas e sociais, tais como as que levaram, no campo das idéias da reforma e contra-reforma religiosas, e outras mais, que transmutava-se a antiga e medieval ciência greco-romana à nova ciência renascentista iniciada com Nicolau Copérnico (1473-1543) e Petrus Ramus (1515-1572).

No cenário da História da Ciência, Copérnico é considerado o primeiro astrônomo que deu um grande avanço na teoria, e Cláudio Ptolomeu, que era conhecido e respeitado no Velho Mundo como o pioneiro da representação cartográfica cilíndrica do mundo. A sua teoria está apresentada em sua obra geográfica, o *Almagesta*, cuja representação cosmológica do Globo terrestre situava-se nas dimensões do mundo mediterrâneo. Cláudio Ptolomeu foi astrônomo, matemático e geógrafo grego (século II da era cristã), cuja teoria cosmológica e/ou geocartográfica influenciou, de um modo geral, todas as demais ciências medievais, em particular, a náutica européia medieval e renascentista. Vários estudos mostram que Ptolomeu foi formado na doutrina da

escola de Alexandria (séc. III a.C. ao séc. III), cidade essa

“(…)que tem a forma de uma clâmide⁸, dizem os antigos viajantes a respeito de Alexandria. Nesse retângulo quase perfeito, entre o mar e o lago Mareótis, o bairro do palácio ocupava um quarto, talvez até um terço, do total. É um palácio que veio se ampliando com o tempo: já Alexandre o quisera grandioso, e, a seguir, cada soberano lhe acrescentou um novo edifício ou um novo monumento”. (CANFORA. 1989. p. 18).

Além da sua grande cultura filosófica da antigüidade ocidental, Alexandria apresentou o sistema de biblioteca mais sofisticado até então, e um grande desenvolvimento no campo da ciência náutica. No referente ao sistema da Biblioteca de Alexandria, a mais famosa da Antigüidade ocidental, diz Canfora que os soberanos daquela cidade haviam estabelecido que a Biblioteca deveria receber os livros de “(...) todos os povos do mundo”, e que para formar o acervo da mesma “seria necessário um total de 500 mil rolos”. (CANFORA. 1989. p. 18) Diz ainda Canfora, que tudo o que foi escrito em seu livro baseou-se na narrativa “(...) de Hecateu num livro quase romanesco, intitulado *Histórias do Egito*” (CANFORA. 1989. p. 16), inclusive a planta da referida Biblioteca apresentada na obra desse autor.

Vê-se através da leitura do livro de Canfora, que é possível inferir que a própria concepção da estrutura arquitetônica da Biblioteca baseou-se nos fundamentos filosóficos de Alexandria. Além disso, essa cidade se destacou como a pioneira da Antigüidade clássica no campo da ciência náutica, cujo representante máximo foi o referido Ptolomeu. A sua teoria cosmológica e/ou cartográfica (admitia ser a Terra o centro do Universo, em torno da qual giravam todos os astros), só começou a ser questionada de fato, a partir do surgimento do sistema coperniano (Nicolau Copérnico, 1473-1543). O sistema ptolomaico exerceu grande influência nos saberes náuticos europeus, em particular a partir do século XV, tanto na Escola de Sagres, em Portugal, quanto na de Cádiz, na Espanha. Copérnico, que viveu exatamente no auge das inovações humanísticas/renascentistas e dos primeiros grandes momentos da organização do capi-

talismo comercial mercantilista, reconheceu que o movimento planetário observado por ele poderia se deduzir com o mesmo grau de exatidão a partir do seu sistema ou do sistema de Ptolomeu.

A contribuição de Ramus à ciência moderna, embora seja muito pouco estudado, tem uma importância singular por ter sido considerado um antecessor de René Descartes (1596-1650), filósofo francês que em novembro de 1619 teve três sonhos e por isso passou a acreditar que fora “(...) chamado pelo Espírito da Verdade, a reconstituir o conhecimento humano, de tal forma que este encarnasse a certeza apenas possuída pela matemática”. (LOSEE. 1998. p. 99). Descartes ficou conhecido como o marco da filosofia e da ciência moderna, ao proclamar a razão como critério de verdade no lugar da autoridade. Mas essas características já estavam presentes nas obras de Ramus, segundo aparece em inúmeras obras de História da Filosofia, como o pioneiro do racionalismo pré-cartesiano. Descreve ainda essas obras, que a teoria de Ramus provinha do seu espírito turbulento e crítico impetuoso às teorias filosóficas, físicas e matemáticas de Aristóteles ainda muito usadas no século XVI. Ramus dedicou-se ainda à pesquisa lingüística e gramatical, e foi considerado nos meados do século XX por Michel Foucault como o principal modernizador da estrutura gramatical francesa de todos os tempos.

Por estar se tratando neste artigo de saberes expressos em fontes testemunhos, faz-se aqui uma síntese sobre a seqüência lógica do saber científico-filosófico do século XV ao início do XVIII. Esta seqüência deveria começar por Leonardo da Vinci (1452-1519), pela sua atuação como um dos primeiros formuladores da estrutura do saber científico moderno. Mas como o presente artigo não é um estudo de história da filosofia, faz-se aqui breves considerações sobre alguns cientistas que deram continuidade à teoria copernicana. Esta foi seguida mais de perto por Tycho Brahe (1546 -1601) e Galileu (1564-1642), assim como também por Kepler (1571-1638) e Newton (1642-1727). Baher, por exemplo, além de ter sido uma espécie de orientador de Kepler, o convidou para ser o **Matemático Imperial de Praga**, e compilou ainda uma grande quantidade de dados sobre as estrelas, os quais depois

8 Manto dos antigos gregos que se prendia por um broche ao pescoço ou ao ombro direito

foram utilizados por Kepler em suas pesquisas astronômicas.

Galileu, ao defender o sistema de mundo proposto por Copérnico — e por isso foi condenado pela corte de Roma como herege — é o primeiro cientista que marcou, de fato, o momento da transmutação entre a concepção cosmológica fundada nos fundamentos escolásticos, na teoria ptolomáica e na moderna que se encontrava em franca ebulição. Passando as noites observando com o seu tubo ocular as estrelas e demais manchas no céu, e que não tinham sido observados pelos seus antecessores, Galileu terminou por descobrir quatro satélites de Júpiter que giravam em torno da terra. Por este lado, Galileu marca uma ruptura do saber em relação aos saberes

científicos anteriores, mas por outro, continua no mesmo pensamento **linear** dos seus antecessores, uma vez que acreditava na concepção bíblica da criação do mundo por Deus e no sistema cosmológico copernicano. No campo do saber científico, Galileu considerava que este é dual. Um dos aspectos desenvolvidos por Galileu e que de certa forma não deixou de influenciar o sistema de navegação marítima da época foi a sua teoria sobre os movimentos das marés. Embora essa já fosse conhecida e a sua preocupação principal era demonstrar a teoria sobre o movimento da Terra, e para essa comprovação desenvolveu a teoria do pêndulo, procurou constatar a que essa conhecida teoria das marés tinha o seguinte funcionamento:

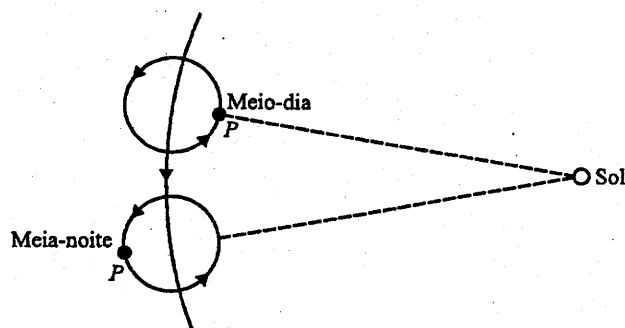


Figura 1. Teoria das marés de Galileu⁹

Embora Galileu tenha posto no papel o que já era conhecido pelo senso comum sobre o movimento das marés, como mostra a figura abaixo, ele deu grande contribuição aos novos saberes sobre Cosmologia e Natureza, no século XVII, em relação aos autores que lhe precederam. No entanto, foi buscar os fundamentos básicos para elaborar o seu novo método científico no pensamento dos clássicos gregos e de Copérnico. Ao exaltar a teoria de Copérnico, Galileu foi também um crítico inflexível da teoria de Tycho, apresentada no Tratado sobre o Cometa de 1577, e de Kepler (GALILEU.1978.p.104-218), sobretudo porque este último foi discípulo e colaborador do primeiro.

Essa polêmica permaneceu por alguns anos, até que no final Kepler passou a aceitar algumas das teses de Galileu. Portanto, não se deve considerá-lo como um seguidor deste, mas sim, como foi mos-

trado acima, de Tycho. Mesmo considerando essa complexidade, as teorias acima não chegaram a um apuramento científico que indicasse a probabilidade de uma ruptura, ou desse algumas coordenadas para uma possível revolução científica do mundo, como a que foi enunciada por Newton no início do século XVIII. Se Galileu não deu esse passo, menos ainda deu Kepler, que continuou vinculado aos princípios da filosofia greco-romana antiga, sobretudo, quanto aos fundamentos platônicos que marcaram o auge da escola de Alexandria.

Mas as modificações no campo do saber científico que ainda não representavam rupturas com o saber anterior, vinham sendo tangidas pela força natural das ações conflituosas que estavam ocorrendo no conjunto da estrutura produtiva européia (o capitalismo comercial) de então. No campo dessas ações, manifestam-se também as classes subalternas através das várias crises agrárias européias cujo exemplo principal é a guerra camponesa

⁹ Figura 1. Teoria das marés de Galileu. In: Galileu, op cit.

na Alemanha, em 1524, liderada pelo líder anabatista¹⁰ Thomaz Müntzer, precursor do protestantismo, doutrina essa levada adiante por Lutero e seus seguidores.

Testemunhos da estrutura geopolítica do Império colonial português: final do século XIV ao início do XIX

Através da análise do discurso de testemunhos escritos e/ou visuais, é possível elaborar diferentes enfoques sobre o processo de transmutação civilizatória portuguesa entre os séculos XIV e XVI que já se fazia presente, e a do Brasil do início do século XVI até o início do século XIX (Independência política em 1822), que ainda tinha um longo caminho a percorrer. Os testemunhos sobre esse longo período foram produzidos pelas *penas* daqueles ilustres cronistas abeberados nos cristalinos mananciais das belezas, dos confortos e das benesses da Corte portuguesa, da qual eles próprios foram vultos celebrados. Não pouco se justificava isto pelo seu brilho social como pelo seu louvor aos seus *padroados*. Tinham estes cronistas a missão e a função precípua de registrar o cotidiano de seus protetores e do universo cortesão que os orbitava.

Valiosa e valorosa missão esta, com sabor e desfrute exercidos por todos os cronistas, que levantavam as maravilhas passadas, exaltavam as grandezas presentes e vislumbravam no porvir o bem e as conquistas que um tal *padroado* haveria de propiciar à lusa nação. De onde lhes adviriam, a estes varões **notáveis** que conduziam a gente portuguesa, direta descendente de Baco, por seu filho Luso, tamanhas virtudes, tão excelsos atributos? De que fonte manariam tais maravilhas? Para nossos cronistas, nada difícil de compreender era tudo isto. Tais atributos eram deles apanágios e lhes vinham de seu acendrado amor a Deus sobre todas as coisas, da defesa do reino, do respeito ao próximo, do desvelo em relação à Humanidade, de seu jamais descumprido compromisso de levar a todo o mundo, pela Cruz de Cristo, a fé cristã e o expurgo da injustiça reinante no mundo.

Varões providentes que eram, muitíssimo bem sabiam eles da nobreza e da imperiosa necessidade de que tudo isso — que no porvir anteviam — se cumprisse, para honra do império luso e glória de Deus Nosso Senhor, que a todos guiava... Os soberanos e os que mais intimamente os cercavam bem exibiam, aos olhos de Deus e do mundo, sua fortaleza e magnanimidade, sua prudência e injustiça, sua capacidade de tudo saber de antanho, de interpretar os tempos que corriam e, mais que tudo, de descortinar os rumos dos homens, dos fatos e dos tempos, prevendo o devir, prevenindo riscos, provendo com sua providência, sua força e seu poder o futuro da glória lusitana. Neste sentido, viam e cantavam os cronistas seus *padroados*, justo motivo pelo qual, neste texto, se os denomina **varões providentes**. Entre os muitos que ocuparam essa função de cronista junto à Corte portuguesa, um deles foi Gomes Eanes de Zurara, melhor do que ninguém conhecedor de seu *padroado* e sabelor de como bem o louvar, mestre de seu ofício dizia em sua “Invocação do Infante D. Henrique”:

“(…) Oh tu, príncipe pouco menos que divinal!

(…) Tua gloria, teus louvores, tua fama, enchem assim as minhas orelhas e ocupam a minha vista, que não sei a qual parte acuda primeiro. Ouço as preces das almas inocentes daquelas bárbaras nações, em número quase infindo cuja antiga geração desde o começo do mundo nunca viu luz divinal, e pelo teu engenho, pelas tuas despesas infindas, pelos teus grandes trabalhos são trazidas ao verdadeiro caminho da salvação, as quais, lavadas na água do batismo e ungidas com o santo óleo, soltas desta miserável casa, conhecem quantas trevas jazem só a semelhança da claridade dos dias dos seus antecessores. (ZURARA apud FERREIRA. 1993.p.139).

Discursos semelhantes são os dos demais cronistas que louvaram para toda a sociedade portuguesa e daí todo o mundo, **em toda parte**, para maior grandeza e glória daqueles que, **padroados** que lhes eram, por excelsas virtudes que neles os cronistas garimpavam e proclamavam os feitos e efeitos **notáveis** do pequeno Portugal. O contrário disso não aconteceu com as primeiras fontes testemunhos das populações nativas brasileiras, ressaltando aí o seu processo civilizatório de tradição

10 Seita que começou a protestar contra a religião católica na Alemanha no início do séc. XVI, rejeitava o batismo das crianças e propunha o rebatizamento de todos os seus adeptos. No início da sua pregação Lutero adere a esta seita, mas depois que ela toma uma dimensão popular quase que insustentável para as autoridades alemãs se coloca contrário ao movimento e favorável ao expurgo e punição do seu líder principal Thomas Müntzer.

oral. As fontes testemunhos escritas e/ou visualizadas sobre o conhecimento desse processo foram produzidas de fora, ou seja, segundo as mesmas garimpagens e as proclamações desses cronistas, o que não é nenhuma novidade, pois os inúmeros estudos sobre as mesmas já demonstraram que a organização indígena brasileira de então não tinha alcançado ainda o estágio do registro gráfico dos seus conhecimentos. Só bem recentemente, isto é, a partir do momento em que as classes subalternas começaram a reivindicar os seus espaços políticos específicos, foi que os seus saberes passaram a fazer parte, ainda que minimamente, das referidas fontes testemunhos. Antes desse momento, quando por ventura se depara com algum dado sobre um determinado fenômeno dessa classe social, normalmente a sua narrativa prende-se mais à ideologia do escrevinhador que o registrou, do que à magnitude do evento em si. Destarte, no silêncio do sentido dos discursos dessas fontes, é normal identificar mensagens cujos enunciados regedores visam destacar a **magnificação** ou **engrandecimento** de feitos e efeitos desses **varões previdentes**, e não os daqueles que quotidianamente levavam a efeito as suas tarefas práticas mediante o emprego dos seus saberes inatos, e estes não devem ser interpretados como senso comum.

Ainda no processo de reorganização da estrutura produtiva do mercantilismo em sua fase já bastante avançada, se dá também o processo de efetivação da adonação¹¹ das terras e riquezas do Novo Mundo, cujas cartografias mais representativas são, sem dúvida, o mapa Terra Brasilis e o mapa do Brasil de João Teixeira Albernaz, o velho. O mapa "Terra Brasilis" é de 1519 e sua autoria é dos cartógrafos portugueses Lopo Homem e dos irmãos Pedro e Jorge Reinel. Esse mapa embora seja conhecido, ainda é muito pouco estudado pelos historiadores e demais profissionais que trabalham com tal matéria. O mapa de João Teixeira Albernaz, o velho, é de 1636, mas além deste, ele elaborou outros sobre todas as capitanias brasileiras: do Amazonas ao Rio da Prata. Quanto ao mapa "Terra Brasilis" segue à risca a narrativa do Tratado de Tordesilhas (1494), logo, mantêm-se ainda alguns

traços das concepções cosmológica e geocartográfica de Cláudio Ptolomeu, o que não acontece mais com os mapas de Albernaz. Em alguns mapas de Albernaz, em particular no do Brasil, sempre aparecem à esquerda os marcos divisórios ao sul e à direita, ao norte, para indicar os dois pontos extremos da soberania portuguesa, cujo território, ao longo do litoral, está dividido em capitanias. Cada capitania é identificada com o escudo de arma do respectivo donatário, os nomes das principais nações indígenas e os de alguns engenhos de açúcar e fazendas de gado (os currais).

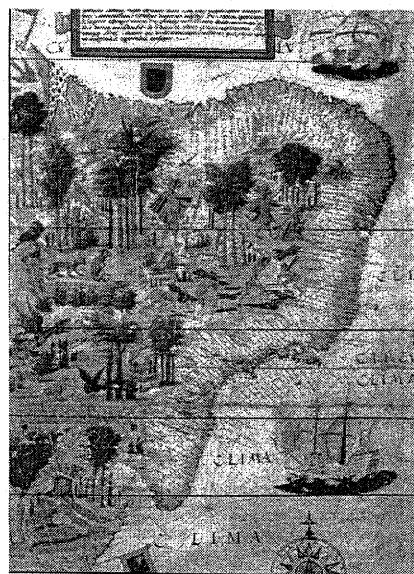


Figura 2. Mapa Terra Brasilis¹²

Quanto ao mapa Terra Brasilis, alguns historiadores e geógrafos afirmam ser, com certeza, a primeira representação visual do primitivo espaço e sociedade brasileiros, assim como da economia de escambo do pau-brasil. Cabe ressaltar que os mapas e demais representações visuais visam a construção de textos, nos quais, através das diferentes manifestações das palavras, os eventos expressos nos discursos das fontes testemunhos facilitem a habilidade e a capacidade da mente humana apreender com mais veemência os enunciados regedores de informações possíveis, de como era concebido em períodos anteriores o conhecimento a respeito do Universo, da Natureza e dos demais

11 FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. Op. cit. verbete adonar-se (uso exclusivo no Estado do Rio Grande do Sul): tornar-se dono, apoderar-se de alguma coisa usando de esperteza ou velhacaria.

12 Figura 2. Mapa Terra Brasilis, de Lopo Homem e Jorge e Pedro Renel. In: Informação das Terras do Brasil. A constituição dos saberes agrários brasileiros: um fenômeno em transmutação no Estado monárquico português. Tese de Doutorado de Geraldo Moreira Prado. CPDA/ UFRRJ. Orientador: Prof. Dr. Luiz Flávio de Carvalho Costa. A versão em cores encontra-se nesta tese.

aspectos interativos entre ambos. Da mesma forma, avalia-se também que a sua composição e/ou representação cartográfica não poderia ser diferente, visto que os referidos cartógrafos, bem como todos os demais que serviam às cortes europeias, exerciam o papel de meta-exploradores de uma determinada realidade a ser explorada e/ou adonada por outros exploradores reais, os que executavam a conquista, pois ambas as categorias na realidade representavam e/ou defendiam os interesses da corte que ficava a espera do retorno das ações dos seus subordinados.

Uma hipótese remota e ainda muito pouco discutida é a referente às fontes testemunhos que os autores do mapa *Terra Brasilis* tomaram como base para confecção do mesmo. Certamente, no que se refere à configuração territorial descrita nesse mapa, o texto básico foi o do Tratado de Tordesilhas. Este era de conhecimento de Lopo Homem, que havia participado, em 1498, da expedição secreta autorizada por D. Manuel para reconhecimento das terras situadas na linha imaginária da demarcação das terras de Portugal e da Espanha. Essa expedição foi comandada pelo capitão e cosmógrafo Duarte Pacheco Pereira, que tinha participado do encontro com os espanhóis, em 1494, quando da assinatura do Tratado. No sentido dos discursos do Mapa e do Tratado, coincide quase que ponto por ponto, menos no que se refere aos topônimos brasileiros descritos no mapa e que não aparecem no texto do Tratado. Aventura-se, portanto, supor que a aquisição desses conhecimentos adveio a partir do acesso às informações percebidas através de possíveis leituras de textos de viajantes e cronistas que passaram pelo Brasil nos primeiros 15 anos depois do seu achamento pelos portugueses, pois nem na *Carta de Caminha* nem no *Diário Anônimo* da esquadra de Cabral tratam deste assunto. Destarte, através da leitura do mapa em apreço é possível perceber dois aspectos importantes: por um lado, o saber-fazer dos indígenas brasileiros naquele momento histórico; por outro, a forma pela qual era concebida a *disseminação* dos saberes por aqueles cortesãos, em particular dos possuidores de títulos de doutores em humanidades. Estes exerciam atividades de cronistas e/ou similares no âmbito das sociedades cortesãs européias, e estas eram assim definidas porque

“(...) incluíam centenas, por vezes milhares, de servidores, de conselheiros, de “privados” dos reis que julgavam que governavam o seu país

como senhores absolutos e da vontade dos quais dependiam, em certa medida, e dentro de certos limites, o destino, a posição social, a subsistência, a ascensão ou a queda de todos estes homens. Estavam ligados uns aos outros por estranhas obrigações de que beneficiavam ou eram vítimas. Estavam ligados por uma ordem hierárquica mais ou menos rígida e por uma etiqueta minuciosa. A necessidade de se imporem e de se manterem no seio dessa formação social dava-lhes um caráter particular, o de cortesão. Qual era a estrutura do contexto social no seio do qual pode surgir esta formação? Em consequência de que partilha de oportunidades de poder, de que necessidades criadas artificialmente pela configuração da sociedade, de que relações de dependência, puderam homens e mulheres reunir-se, durante gerações sucessivas, sob o signo dessa formação social da corte, da sociedade de corte?” (ELIAS.1987.p.13).

Entre o povo europeu em geral, os saberes cortesãos não tinham a menor ressonância, pois em sua maioria absoluta era analfabeta e vivia confinada às precárias condições sociais e da organização da produção econômica. Especialmente no que se refere à agricultura européia do século XVI, que era de baixíssimo padrão tecnológico, não apenas a de Portugal, mas a de quase todos os demais países, exceto as da Holanda e Espanha. Assim, a verdade sobre a materialização do discurso cosmológico na cartografia citada anteriormente — assim como os referentes aos topônimos e ao saber-fazer contido no mapa *Terra Brasilis* —, pode ser complementado, em especial, com a análise de outras fontes testemunhos e/ou estudos históricos sobre a época aqui citada.

“Agora só espero a despavira: a palavra nascida para o canto — desde os pássaros.
A palavra sem a pronúncia, ágrafa.
Quero o som que ainda não liga.
Quero o som gotejante da viola de cocho.
A palavra que tenha um aroma ainda cego.
Até antes do murmúrio.
Que fosse nem um risco de voz.
Que só mostrasse a cintilância dos escuros.
A palavra incapaz de ocupar o lugar de uma Imagem.
O antemente verbal: a despavira mesmo”.
(BARROS.1998.p.53).

O valor da palavra no discurso prende-se à historicidade das fontes testemunhos.

E a **despavira** pode vir a ser síntese que

comporta o silêncio, o desconstruir, a negação do pensamento ou a sucessão de idéias para pôr à disposição da percepção, fenômenos mais apurados sobre a interação silenciosa da palavra com a linguagem à compreensão da historicidade do discurso de um determinado texto. Mas já foi dito antes que se deve ter sempre em mente que apenas a compreensão da historicidade de um texto em si não dá conta de toda e qualquer realidade. Na medida do possível, a interpretação dessa historicidade deve ser vista sempre pela perspectiva interativa com a problemática enunciada nos textos das referidas fontes, com a contextura dos infinitos acontecimentos da história, cuja complexidade é infinitamente superior à somatória de todos os acervos documentais existentes. Isto porque, de acordo com as palavras de Braudel,

“(...) Como a própria vida, a história se nos aparece como espetáculo fugidio, movediço, feito de entrelaçamento de problemas inextrincavelmente misturados e que pode tomar, alternadamente, aspectos diversos e contraditórios. Como abordar e fragmentar essa vida complexa, para poder apreendê-la ou ao menos aprender alguma coisa nela? Numerosas tentativas poderiam nos desencorajar de antemão. Assim não mais cremos na explicação da história por este ou aquele fator dominante. Não há história universal. Não a dominamos exclusivamente, nem o conflito das raças cujos choques ou acordos teriam determinado todo o passado dos homens; nem sempre os poderosos ritmos econômicos, fatores de progresso ou de ruína; nem as constantes tensões sociais; nem esse espiritualismo difuso de Ranke pelo qual se sublimam, para ele, o indivíduo e a vasta história geral; nem o reino da técnica; nem o impulso demográfico, esse impulso vegetal com suas conseqüências de retardar sobre a vida das coletividades. O homem é complexo de outro modo.” (BRAUDEL. 1978.p.22).

A partir do pensamento de Braudel conclui-se que um livro, um documento oficial, uma música, um manual de instrução, um poema, uma pintura, por si só têm apenas apreços limitados e devem ser interpretados por um lado, de acordo com as suas historicidades; e por outro, como referenciais para se pensar no encadeamento das idéias de um assunto ou de um objeto em contemplação. Por isso, não existe uma história exclusiva, pois nem sempre se deve tomar, mesmo que seja a obra histórica mais completa ou complexa do mundo, como a Memó-

ria do Mundo imaginada por Italo Calvino, como um **breviário** de todas as verdades. Neste sentido, quando possível for, deve permanecer inalteravelmente a idéia de que não se reconstitui o passado concreto da mesma forma como o foi construído, assim como não existe uma obra definitiva, no sentido de interpretação teórica desse passado. Pode-se, no máximo, elaborar explicações que a aproximem do mesmo. Desta forma, concebe-se aqui o significado de **reconstituição**, segundo Fernando Novais acuradamente descreveu sobre o período colonial brasileiro:

“(...) reconstituir, no texto, as manifestações da intimidade na Colônia portuguesa, procurando articulá-las com as estruturas mais gerais da colonização, e, ao mesmo tempo, explicitar as peculiaridades desse processo, não é, por certo, nem de longe, uma tarefa fácil. Mas é ao mesmo tempo indispensável, para entendermos os contornos da privacidade no Brasil propriamente dito que, gestadas no interior da Colônia, desenvolvem-se ao longo dos séculos XIX e XX (...). Estamos, pois, plenamente conscientes das dificuldades de toda ordem inerentes à empreitada; ao aceitarmos o desafio, sabemos que provavelmente o desempenho ficará aquém das expectativas. (...) Nesse sentido, se procuramos reconstituir as manifestações da intimidade articuladas num quadro mais geral, a definição, ou melhor, o recorte desse quadro não pode ser “Brasil”, e sim a colonização moderna em geral, situando-se a colonização portuguesa no Novo Mundo dentro desse contexto. Em suma, o antigo sistema colonial. No contexto da colonização, portanto, a privacidade vai abrindo caminho não só em contraponto com a formação do Estado, mas ainda com a gestação da nacionalidade. Fixado este ponto básico, tentemos um primeiro passo nessa aproximação, na busca das correlações entre as estruturas da colonização e as manifestações da intimidade. (NOVAIS. 1997.p.14-20).

Pelo exposto até aqui já é possível perceber que o ponto alfa do objeto do presente estudo se aproxima da última frase, ou então de uma outra proposição reitora de Novais baseada no clássico livro de Marc Bloch — “*Les Caractères Originaux de L'Histoire Rural Française*”. Paris, 1952; VII-XVII —, ao dizer que a “(...) investigação de um dado segmento coloca problemas, levanta hipóteses para os demais, cuja análise muitas vezes, sistematicamente encetada, pode corrigir formulações do estudo inicial”. (NOVAIS. 1979.p. 6). Logo,

tem-se aí um preposto que exige daquele que está procurando produzir algo no campo do saber histórico com sustância científica, que não basta ter apenas um espírito imaginativo limitado à observação, mas também perceptivo, criativo e interpretativo.

Tais proposições vêm reforçar uma das idéias que perpassam o presente estudo, que é não apenas conhecer, mas aprofundar o que vem se dizendo aqui sobre os conceitos e/ou significado das palavras. Estas têm como função básica registrar o cotidiano, quer seja referente aos fatos importantes, quer seja aos comuns, quer seja ainda às cronologias biográficas e genealógicas de uma pessoa ou de famílias nobres, como fizeram os inúmeros cronistas da Corte portuguesa no período aqui apontado. Julga-se, portanto, que o uso da palavra consubstancia-se na linguagem e ambas compõem o sentido de qualquer que seja o discurso. Esse, por sua vez, compõe-se de outros fatores, tais como o estilo narrativo que pode ser representado pelo emprego da sintaxe, expressões e capacidade de observação e de comunicação de um profissional, ou mesmo de uma determinada classe em momentos históricos determinados. Assim, a partir de observações sobre a estilística de um determinado testemunho, nota-se, em especial entre os dos cronistas já referidos anteriormente, uma tendência acentuada para as crônicas nobiliárquicas, ou seja, aquelas que registraram a **memória imutável dos vencedores varões previdentes lusitanos**. Esse conceito de crônica permaneceu ainda por muito tempo. Bluteau, no início do século XVIII, ao definir um dos vários conceitos de história, situava-o no mesmo plano de

"(...) Cronica. Cronologia. Annaes. Fattos/ Narração. Relação. Memorias da Anti/guidade. Prova do tempo. Luz da ver/dade. Vida da memoria. Mestra da vida/ Trombeta da Fama. Thesoureira das/ cousas passadas. Exemplar das futuras./ Espelho das acções humanas. Lição/ muito gostosa, e proveitosa. Pintura eloquente que representa aos olhos dos/ homens as suas obras, os seus vícios, e/ virtudes, os segredos dos Principes os/ costumes das gentes, a instituição das/ Republicas, a fundação, declinação/ e ruina dos Imperios. Astrolábio, que mostra os altos, e baixos da Fortuna/ prospera, e adversa, e juntamente os grãos das virtudes, e vícios de todo o ge/nero de pessoas. Potentissimo estimu/lo para os Principes obrarem bem, vem/do que por muitos

Escritores se publi/carão, e se fizerão patentes ao Mundo as/ suas acção. Escola nobilissima, em que/ à custa alhea aprende o homem, o que/ lhe convem à sua pessoa. Amenissim/ Theatro, em que as apparencias, e (corroído) nas mais tristes não offendem; nellas vê o Leitor batalhas sem perigo, e naufra/gios sem (ilegível): no meyo dos diluvios/ fica em secco, e entre incendios està em/ salvo. Objecto de curiosa, e proveito/sa occupação. Correr, e admirar as obras/ de Historiadores, homens graves, e se/veros, noticiosos, e veridicos; estudio/zos da antiqüidade, praticos do Mundo,/ versados no manejo de negocios publi/cos, indagadores de cazos occultos, in/ telligentes em toda a materia militar, e/ politica; com prudencia para dizer, e/ não dizer, com valor, e liberdade para/ não adular, com erudição para ensinar,/ com boa elocução para deleitar, e com/ todas as prerrogativas, e perfeição pro/prias de tão util, e nobre entretenimêto./ Conselheira de Principes para o bom/ governo de seus Estados. Alexandre/ Magno, Afar, e os mayores capitães/ Gregos, e Romanos em muitas occa/siões se regularão pelo que acharão es/crito nas histórias dos seus antecesso/res. Ao seu filho Leon inculcava o Em/perador Basilio a lição das Histórias,/ para ver nellas o premio das boas obras,/ e o castigo das más. Thesoureira de to/do o genero de verdades para ensino dos/ vindouros. Por isso na pintura, que nos/ deixarão os antigos, se vê a História,/ em figura de mulher com a cabeça vira/da para traz, como quem olha para as/ acções dos antepassados, para instruc/ção da posteridade." (BLUTEAU.1713.p. 199-382).

Na realidade, Bluteau é uma espécie de pioneiro do conceito positivista sobre a realidade limitando a sua definição ao que está explicitado no documento em si. Para Bluteau, o documento em si, e em particular em seu estilo **croniqueiro**, é o meio enunciante dos feitos históricos. Ainda em relação à crônica literária, bem como outras manifestações expressas em textos escritos, a partir da segunda metade do século XIX, o tradicional estilo narrativo de um determinado assunto, transmuta-se substancialmente. Principalmente no referente à crônica literária, como a machadiana acima citada, que normalmente se manifestava nas páginas de grossos romances, se transmuta em crônica de folhetim, cuja linguagem, segundo explica Antônio Cândido, passou a ser

"(...) despretensiosa, insinuante e

reveladora. E também porque ensina a conviver intimamente com a palavra, fazendo que ela não se dissolva de todo ou depressa demais no ensaio, mas ganhe relevo, permitindo que o leitor a sinta na força dos seus valores próprios. (SOUZA.1992.p. 327-337).

Nos dias atuais, essa **convivência íntima com a palavra** não deixa de ser estimulante para se perceber o silêncio do enunciado regedor das fontes testemunhos, mediante a interpretação da historicidade do discurso.

Abstract

The present work studies testimony sources as representation of facts and/or events, on the basis of analysis among literary works, official documents, different narratives of columnists, travellers and missionaries as well as visual representations. It shows that in the strict level of the discourse sense, when it is stood the historical aspect, so much the documentary source as any literary work can be classified as a source testimony. In cartographic studies the cosmological representations have as objective to visualise as they were imagined. As such, the process of Portuguese civilisation transmutation is focused from the XIV to the XVI centuries and in Brazil from the beginning of the XVI century to the beginning of the XIX century (political Independence in 1822). This succession of ideas puts available to the perception, more selected phenomena about the silence interaction of the word with the language in order to understand the historical production of the discourse of a certain text. In the current days, a coexistence exists with the word as the main stimulant to notice the statement rector of the source testimonies by means of the interpretation of the historical production of the discourse.

Bibliografia

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1960.
- ALBUQUERQUE, Luis. *A náutica e a ciência em Portugal. Notas sobre as navegações*. Lisboa: Gradiva, 1989.
- AMADO, Jorge. *A descoberta da América pelos Turcos*. Rio de Janeiro: Record, 1994.
- ASSIS, Machado. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1937.
- AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. Apresentação de Geraldo Moreira Prado. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1996.
- BARROS, Manuel de. *Livro sobre NADA*. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale* I. Editado. Paris: Gallimard, 1966/1974. v.1.
- BLOCH, Marc. *Caractères originaux de l'histoire rurale française*. Paris: PUF, 1952.
- _____. *História e historiadores*. Lisboa: Teorema, 1998. (Textos reunidos por Étienne Bloch).
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino. Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Bothanico*. Autorizado com exemplos dos melhores auctores portuguezes e latinos e offerecido A El-Rey de Portugal D. João V pelo Padre D. Raphael Bluteau, Clerigo Regular, Douctor na Sagrada Theologia, Pregador da Rainha da Inglaterra, Henriqueta Maria de França, e Calificador no Sagrado Tribunal da Inquisição de Lisboa. Coimbra, no Real Collegio das Artes da Companhia de Jesú. Com todas as licenças necessarias. Anno Domini M.DCC.XIII. 10v. mais dois de Suplementos. Editado de 1702 a 1713.
- BOSI, Alfredo. *A dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOXER, C. R. *Relações raciais no Império Colonial Português (1415-1825)*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1967.
- BRANDÃO, Renato. *A cartografia renascentista e a expansão Ibérica: conhecer o céu para descobrir a terra*. Orientadora: Lana Lage. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1999. Tese (Dout. Hist.).

- BRAUDEL, Fernand. *Civilization matérielle, économie e capitalisme XV – XVII siècle*. Paris: Armand Colin, 1979. 3v.
- _____. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*. São Paulo: Martins Fontes, 1983. V.1, 2.
- BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.
- CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio / s.d./ 7v.
- CANFORA, Luciano. *A biblioteca desaparecida. História da Biblioteca de Alexandria*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CARVALHO, Joaquim Barradas de. *Portugal e as origens do pensamento moderno*. Lisboa: Livros Horizontes, 1981.
- CHALUB, Sidney, PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (Org.). *A história contada. Capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro /s.ed./ 1998.
- CHARTIER, Roger. *História cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CORTESÃO, Armando. *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI*. Lisboa: Seara Nova, 1935. 2v.
- CORTESÃO, Armando, MOTA, Avelino Teixeira. *Portugália monumento cartographica*. Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987. Edição fac-similar.
- DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- DUBY, George, WALLON, Armand (Orgs.). *Histoire rural de la France*. Paris: Éditions Seuil, 1987. v. 1, 2.
- ELIAS, Nobert. *A sociedade da corte*. Lisboa, Portugal /s.ed./ 1987.
- ENCYCLOPEDIA e dicionário internacional Jackson. Rio de Janeiro: Jackson s./d. 20v.
- ENGELS, Friedrich. *As guerras camponesas na Alemanha*. Lisboa: Presença, 1975.
- FEBRE, Lucien. *Honra e pátria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FERREIRA, M. Ema Tarracha. *Literatura dos Descobrimentos e da expansão portuguesa*. Lisboa, Portugal: Editora Ulisseia, [1993].
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
- _____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- _____. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes s/d.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Instituto de Documentação. *Dicionário de Ciência Sociais*. Rio de Janeiro, 1987.
- GALILEU GALILEI. *O Ensaaiador. Onde com perfeito e justo equilibri reciocina-se sobre as coisas contidas na Balança Astronômica e Fislosófica de Lotário Sarsi Singensano escrita em forma de carta ao Ilustrissimo Monsenhor D. Virgino Cesarani Acadêmico Linceu Mestre de sala de N.S. pelo Senhor Galileu Galilei Acadêmico Linceu Nobre Florentino, filósofo e matemático principal do Serenismo Grão-Duque da Toscana*. In: Os Pensadores (Bruno, Galileu, Campanella). São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *Os descobrimentos e a economia mundial*. Lisboa, Portugal: Presença, 1963-1972. 4 v.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
- _____. *Visão do paraíso*. São Paulo: Ed. Nacional, 1969.
- LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1990.

- LEITE NETO, Serafim da Silva. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença/MEC, 1979.
- LELLO universal: dicionário encyclopédico luso-brasileiro. Organizado pela Livraria Lello sob a direção de João Grave (da Acedemia de Sciencia de Lisboa) e Coelho Netto (da Academia Brasileira de Letras). Porto: Lello & Irmãos /s.d./. 4 v.
- LESTRINGANT, Frank. *Le Brésil d'André Thevet. Les singularités de la France Antarctique*. Paris: Editions Cnadeigne, 1997. (Édition integrale établie & annotée par Frank Lestringant).
- LINHARES, Maria Yedda, SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *Terra prometida*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- NOVAIS, Fernando Antonio, SOUZA, Laura de Mello e. *História da vida privada no Brasil. Cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio. No movimento dos sentidos*. Campinas, São Paulo, Ed. Unicamp, 1997.
- _____. *Terra à vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo*. Campinas, SP: Cortez/Ed. Unicamp, 1990.
- PRADO, Geraldo Moreira. *Informação das terras do Brasil. A constituição dos saberes agrários brasileiros: um fenômeno em transmutação no Estado monárquico português*. Orientador: Luiz Flávio de Carvalho Costa. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 1999. Tese (Dout. Ci. – Des. Agr. Soc.).
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.) *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa; São Paulo /s.ed./ 1994.
- _____. *Cultura no Brasil Colônia*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- SOUZA Antônio Cândido de Mello e. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. São Paulo: Martins, 1956.
- _____. *A vida aorés-do-chão*. In: CRÔNICA: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Org. Setor de Filologia da FCRB. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.
- STADEN, Hans. *Dois viagens ao Brasil*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1974.
- _____. *Portinari devora Hans Staden*. São Paulo: Terceiro Nome, 1998. (Estudos críticos de Fernando Antônio Novais e de Olívio Tavares de Araújo, desenhos de Cândido Portinari).
- THEVET, André. *As singularidades da França Antártica*. Belo Horizonte, MG; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1978.
- TODOROV, Tzvetan. *Os gêneros do discurso*. Lisboa, Portugal: Edições 70 /s.d./.
- VAN BATH, B. H. Slicer. *História agrária da Europa Ocidental (500 – 1850)*. Lisboa, Portugal: Presença, 1984.
- ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônicas da tomada de Ceuta*. In: FERREIRA, M. Ema Tarrara. *Literatura dos descobrimentos e da expansão portuguesa*. Lisboa, Portugal: Editora Ulisseia, 1993.
- ZURARA, Gomes Eanes de. *Prosas históricas*. 2.ed. Seleção, Prefácio e Notas de Rodrigo Lapa. Lisboa /s.ed./ 1691.